

LITERATURA DE VIAGEM COMO FONTE À HISTÓRIA AMBIENTAL¹

Raíssa Barbosa da Costa

Universidade Federal de Campina Grande
raissabcosta@gmail.com

Orientador: José Otávio Aguiar

Universidade Federal de Campina Grande
j.otavio.a@hotmail.com

(Ele pode) empreender uma viagem pelo mundo em livros, pode se fazer mestre da geografia d universo pelos mapas, atlas e mensurações de nossos matemáticos. Pode viajar por terra com nossos historiadores, pelo mar com os navegadores. Pode circunavegar o globo com Dampier e Rogers, e, ao fazer isso, saber mil vezes mais do que todos os marinheiros iletrados.

(Daniel Defoe, *The Compleat English Gentleman* (1730)²)

A literatura apresenta-se na atualidade como uma grande aliada aos estudos históricos, cada vez mais passam a serem utilizadas enquanto fontes à estas pesquisas, o que por sua vez ampliam também o diálogo entre as disciplinas: história e literatura. Podemos dizer que este diálogo torna-se possível a partir do questionamento em cima do caráter ficcional da literatura como sendo oposta à realidade, fazendo da obra literária uma aliada às pesquisas no âmbito da história, quaisquer que sejam os caminhos teóricos que se caracterizem, podendo ser utilizada também como principal fonte destas.

[...] a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa. (PESAVENTO, 1995, p. 117)

¹ Este artigo foi produzido como trabalho final para a disciplina Teoria da História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, ministrada pelo professor doutor Gervácio Batista Aranha.

² Citado em Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 41.

Percebemos o crescimento da utilização de tais fontes pelos historiadores em geral, contudo quando falamos da literatura de viagem, esta não se apresenta como uma literatura ficcional, porém não pode ser compreendida e interpretada como uma documentação tradicional, ela encontra-se em algum lugar entre ficção e realidade, por tanto exigindo que o pesquisador se debruce na leitura e interpretação de forma a ir além da assimilação de conhecimentos minuciosos sobre o que está sendo relatado nos diários. “A história é direcionada tanto pela maneira como as pessoas imaginam que as coisas são, quanto pela maneira como as coisas realmente podem ser.” (PRATT, 1999, p. 17). Por outro lado por mais que não possua o caráter ficcional, deve ser lida como um gênero literário, nunca deixando de lado o pensamento de que “a literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura” (RICOEUR, 1994,101).

A literatura de viagem está impregnada de marcas do eurocentrismo, ou seja, de preconceitos³ que podem levar à uma descrição diferente da realidade, pois falamos de textos escritos com intencionalidades, que por sua vez devem ser cuidadosamente analisados e, quando possível, confrontados com outras fontes documentais, pois as fantasias também fazem parte do imaginário humano e podem exercer influência em seus testemunhos, portanto, não devemos esquecer as subjetividades contidas nesses escritos, os locais onde estavam inseridos aqueles discursos e para quem eram direcionados. “Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (RICOEUR, 1994, p. 91), só então poderemos utilizar da forma mais adequada as informações que nos aparecem e as perguntas que nos permeiam na medida em que lemos essa literatura.

A conjuntura política e social de meados do século XVIII ampliaria o surgimento deste tipo específico de literatura na qual estamos nos referindo neste trabalho. O ano de 1735, mais especificamente, deve ser lembrado neste momento, ano em que os europeus presenciam o lançamento de uma obra que iria criar um rebuliço no campo da História Natural europeia, o sueco Carl Linné publica o *Systema Naturae* (O

³ A palavra preconceito aqui é utilizada em seu sentido literal, de conceitos pré-concebidos, ou seja, antes do conhecimento real, por mais que nos pareça obvio, devemos lembrar da bagagem pejorativa contida nesta palavra nos dias atuais, mas que neste momento apenas estamos tratando de homens de seu tempo, que possuíam ideias a respeito dessas terras antes mesmo de conhece-las, percepções estas que influenciaram diretamente em seu olhar e em seus relatos.

Sistema da Natureza), onde ele desenvolveu um sistema taxonômico, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico, ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários dos séculos XVIII e XIX, conferia, assim, a cada espécie, uma designação singular e única⁴.

No mesmo ano outro acontecimento vai instigar o mundo científico, é lançada a primeira expedição científica internacional da Europa que ansiava por determinar a forma exata da Terra. Estava-se inaugurando um novo momento na história das ciências e ainda mais nas formas de conquista, desde então o interesse e a notoriedade da História Natural apenas cresceu.

Iniciavam-se as viagens de prospecção, em busca de conhecimento dos demais continentes. O Brasil foi palco para muitas dessas expedições nos fins do século XVIII e início do XIX. Muitos dos botânicos, naturalistas e viajantes que vieram ao Brasil, guiados por princípios e teorias da ciência praticada na Europa, coletaram e enviaram informações encomendadas pelas Academias Reais de Ciências, com vistas em satisfazer necessidades utilitárias da Corte Portuguesa. Neste sentido, era necessário conhecer e explorar os recursos naturais dessas Capitanias com vistas em propiciar a sua exploração comercial.

Quase trezentos anos se passaram desde que os primeiros europeus colocaram os olhos na Mata Atlântica. [...] O conhecimento indígena que os primeiros invasores haviam desdenhosamente ignorado seria, a custo considerável recriado e, por ultimo, superado. A Mata Atlântica ia, enfim, ser objeto de curiosidade. (DEAN, 1996, p. 134)

Os relatos ou relatórios de viagem descritos pelos naturalistas do século XVIII e XIX se formularam na busca de postular o inventário minucioso e exaustivo dos seres vivos como um procedimento padrão a ser seguido, descrição bem diferente da

⁴ Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em parte, pela de Jussieu, proposta pelo botânico francês Antoine Laurent de Jussieu, em sua obra "Genera Plantarum, secundum ordines naturales disposita juxta methodum in Horto Regio Parisiensi exaratum, anno 1774. MS. notes", publicada em Paris, no ano de 1789.

realizada durante o Renascimento, frequentemente de acordo com o sistema setecentista de Carl Linné, já mencionado.

Com parte da população letrada europeia ávida por informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas, os relatórios tinham um destino certo. As descrições e classificações da natureza eram enriquecidas com ilustrações e desenhos das mesmas, aproximando o leitor do conhecimento, possibilitando mais do que mera imaginação através da leitura, mas a concretização da natureza através da imagem. A técnica de reproduzir imagens em livros comerciáveis os europeus conheciam desde o século XV. Desde xilogravuras até moldes em cobre e metal, eram utilizados para reproduzir as imagens em diversos exemplares literários, que por sua vez eram vendidos a preços bastante elevados. Somente nos primórdios do século XIX é que se tornou possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala⁵. As novas técnicas facilitaram a publicação mais rápida de desenhos em cores produzidos pelos naturalistas.

Com tantas transformações no âmbito científico internacional, as expedições ganharam aliados de interesses comerciais, transformando os escritos sobre o mundo natural daquele período em diante.

As viagens e os relatos de viagem jamais seriam os mesmos. Na segunda metade do século XVIII, fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela. (PRATT, 1999. p. 59)

A literatura de viagem produzida pelos viajantes acerca do Brasil no início do século XIX, veem dessa tradição que crescia na Europa desde a primeira metade do século XVIII, quando as primeiras expedições em torno da terra, regidas pelas ambições científicas, foram iniciadas, desde então se abria caminho para o mercado da literatura de viagem, uma espécie de diário onde estavam expostas as impressões, os olhares, os sabores, as curiosidades de um mundo desconhecido pela grande maioria da população europeia. Não só o mundo natural brasileiro fora explorado pelos viajantes curiosos e

⁵ RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde* Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972.

ávidos por conhecimento, a África e o restante da América Latina passavam por processos semelhantes ao que ocorria no Brasil, o interesse só crescia quando tratava-se de expedições e ainda mais a nível do interior, das terras ainda “não descobertas”.

Os viajantes daquele período, pouco tem em comum com os turistas de hoje, viajar era muito mais do que deslocar-se no espaço, era conhecer terras novas, pouco conhecidas, um espírito aventureiro, onde os perigos e dificuldades da empreitada eram ponderados, para que a aventura fosse realizada com serenidade e atenção. As viagens como nos lembra França (2008) que em tempos remotos ocorriam apenas como fuga de inimigos ou de guerras, passaram no período entre o século XVI e XIX, a ser o caminho mais curto entre um indivíduo e o outro, e produto para a produção textual, científica e da própria experiência de vida dos viajantes.

“A poesia não está mais em moda. Todos passaram a brincar de ser geômetra ou físico. Sentimento, imaginação e as graças foram banidos... A literatura está perecendo ante nossos próprios olhos.” (VOLTAIRE, 1735, apud PRATT 1999). Nestes termos pode ser visto o novo estilo de escrita, que em seu primeiro momento dispunha de determinadas características que foram sendo modificadas, ou melhor, aperfeiçoadas, de meros diários de ocorrências, cheios de detalhes minuciosos, passaram a descrições de observações engenhosas, embelezados em estilo. Pratt (1999) atribui ao sentimento a principal diferença dos primeiros relatos para os que posteriormente viriam compor o contexto das literaturas de viagem, a presença deste aspecto subjetivo nos relatos do século XIX, somados, obviamente, a outros fatores, teriam enriquecido a escrita, dando-lhe alma, deixando-lhe mais humana, ornamentada e menos direta.

Os livros de viagens foram atingidos pela profissionalização da escrita durante o século XVIII, eles conquistaram seu mercado de leitores e passaram a ser um negócio lucrativo, os escritos e seus editores baseavam-se em obras já consagradas de profissionais para garantir uma obra competitiva, para tanto era frequente as transformações em torno dos manuscritos os aproximando de um romance. A maioria dessas obras, originalmente escritas e publicadas em língua alemã, francesa ou inglesa, foi traduzida em nosso meio somente depois da década de 1930. Por meio destes relatos – e, através de um discurso de saber científico que se construiu sobre o Brasil, os seus habitantes, a sua fauna e a sua flora – delineou-se também uma autoimagem europeia

em relação às demais possibilidades de civilização e humanidade. Confrontando-se com diversas representações a respeito de outras possibilidades de humanidade, a Europa construiu uma imagem de si mesma forjada no movimento de mão dupla transculturação.

A literatura de viagem nos apresentava então com descrições minuciosas da localização e do ambiente em que se insere, assim como é comum as obras literárias em geral, ao mesmo tempo em que as grandes narrativas históricas acabaram por deixar a natureza e paisagem apenas enquanto plano de fundo dos fatos históricos, como se o tempo e a cronologia fossem o único cenário da história.

Esta perspectiva da história em relação ao meio ambiente passou a se modificar, teórico e metodologicamente falando, a partir de um grupo de historiadores que se autodenominam ambientais, buscando em seus estudos entrelaçar as necessárias relações entre sociedade humana e meio ambiente. Tal escola de influência, surgida nos EUA na década dos anos de 1970, a *environmental history*⁶, nasce de uma crítica à geografia tradicional, que marcou em seu sistema interpretativo uma clivagem estática entre os domínios do homem e aqueles do chamado mundo físico: o dos eventos geológicos, fitogeográficos e climáticos, como também as ideias da maioria dos pensadores dos séculos XVIII, XIX e da primeira metade do século XX, que em seus estudos adotavam a compartimentação entre os saberes que envolvem o homem, as chamadas ciências humanas, e os que concernem ao mundo biológico e geológico, as ciências naturais.

A história ambiental rejeita a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui uma espécie única e isolada, mas que “em qualquer sociedade, a natureza é fonte de valores e representações intrincados, complexos, contraditórios, que nutrem as artes, as religiões, os mitos, os saberes. A natureza é uma construção cultural” (MARTINS, 2007, P. 31). Fugindo dos extremos, os historiadores não devem cair na armadilha do determinismo geográfico e biológico, onde o destino de uma sociedade depende estreitamente dos quadros naturais em que elas estão inseridas, que muito nos lembra a crença de Heródoto: “Egito é uma

⁶ O termo *environemant* vem do francês, em sua origem etimológica. Entretanto, os ingleses e norte americanos, ao insistirem em sua pronúncia, acabaram por transformá-lo em *environment*. Em ambos os casos, busca-se um único sentido: designar a camada de biosfera que envolve a terra.

dádiva do Nilo”, por outro lado, não podemos pensar as sociedades como se elas não tivessem “bases naturais” ou vínculos com a terra, pertinentes à análise científica., como se a sociedade e a cultura não fossem limitadas ou condicionadas por fatores naturais.

Atraindo milhares de admiradores e leitores em todo o mundo, bem como motivando a fundação de uma série de centros acadêmicos que procuram entrelaçar duas categorias tradicionais no campo dos estudos que envolvem as ciências do homem: natureza e cultura. “O interesse despertado entre os profissionais da história pela ecologia, ou pela história ambiental, é uma evidencia a mais do que se tornou, segundo Hobsbawm, o desafio do século XXI: a questão ecológica” (MARTINS, 2007, p.10)

A história dos historiadores ambientais é, contudo, bem mais recente que a do interesse da disciplina pelas questões que envolvem natureza e cultura. Embora a Antiguidade do interesse pelo tema não seja, frequentemente, reconhecida pelos norte-americanos que cunharam o termo, ela é, como veremos, patente.

O fato é que a maioria dos pensadores sociais dos séculos XVIII, XIX e da primeira metade do século XX corroborou em seus estudos uma tendência para a compartimentação entre os saberes que envolvem o homem – as chamadas ciências humanas – e os que concernem ao mundo biológico e geológico – as ciências naturais. Nos termos de Durkheim, fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. Sociólogos norte-americanos como W. Catton e R. Dunlap, como nos lembra José Augusto Drumond (1991), adotaram um paradigma caracterizado pela ideia da imunidade humana (*human exepcionalism paradigm*) aos diversos fatores do mundo natural. Sociedade e Cultura humanas só poderia ser decodificadas com base em seus próprios dados, em sua própria clausura.

É valido lembrar que diversos outros estudos dispuseram a analisar esta relação entre o homem e o meio sem se autodenominar de história ambiental como Keith Thomas, *O Homem e o mundo natural*, de 1983, Alain Corbain, *O território do vazio*, de 1989, ou ainda Raymond Williams, *Campo e Cidade*, de 1990. Percorrendo um caminho um pouco maior, percebemos que este olhar sobre a história humana não é tão recente quanto a sua formação metodológica. A escola dos Annales nos apresentou com Braudel o terreno da longa duração como possibilidade para entrever a influencia mutua entre sociedade e natureza. O livro de Braudel, *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*

na época de Felipe II, de 1947, trás uma reflexão sobre a história e também uma reflexão sobre o meio ambiente. “O meio ambiente na perspectiva braudeliana é ativo e dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído, move-se embora lentamente.” (MARTINS, 2007, p. 21)

O surgimento desse novo campo de conhecimento sinaliza, por um lado, que os processos e os problemas sócioambientais haviam se tornado uma preocupação incontornável e, de outro, que, para além de velhas fronteiras disciplinares, todos os especialistas começaram a dedicar maior esforço na produção de um renovado “saber ambiental”. Nesse sentido, a história se apresenta como um campo do saber que fornece à sociedade informações acerca de como as diversas gerações, ao longo da história, apropriaram-se do mundo natural. Conhecer as relações e as interações entre as sociedades e a natureza ao longo da história é fundamental para que possamos compreender os rumos que a sociedade irá escolher. Constata-se, atualmente, que as questões ambientais requerem ações e atitudes transformadoras e urgentes, que os recursos naturais explorados sistematicamente e de forma quase ilimitada por uma sociedade capitalista e com objetivos de expansionistas frenéticos, em pouco tempo serão esgotados, caso esse modelo não seja urgentemente repensado.

Quanto as fontes, além da já consagradas pelo saber histórico, que devem ser lidas com um novo olhar na perspectiva ambiental, um novo grupo é anexado a elas, como a paisagem, esta necessitando de cuidados e estratégias específicas de observação e interpretação.

No caso de um estudo histórico de tempos mais antigos também é possível realizar história ambiental e uma leitura da paisagem.

Fazendo releituras da documentação antiga, dos diários de viajantes, de obra literária, enfim, reexaminando uma massa documental variada, os historiadores podem retirar informações sobre o meio ambiente e as relações do homem com a natureza, concernentes a diversos períodos da história. (MARTINS, ano, p. 57).

Os relatos de viagem escritos pelos viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil no século XIX, se constituem como uma riqueza para os historiadores do meio ambiente em particular. Marcos Lobato Martins chama a atenção para os historiadores ambientais que se utilizam de tais fontes a levarem em

consideração que essas narrativas precisam ser lidas com cuidado, porque, em geral, carregam nas tintas as marcas de determinados preconceitos europeus, como já atentamos no início deste ensaio. A ideia de superioridade do complexo cultural europeu transparece nas opiniões dos viajantes, amiúde negativas, sobre as gentes do Brasil. Vale lembrar, também, que as próprias paisagens eram observadas sob lentes preconceituosas, considerada demasiadamente sensual, exótica e exuberante.

Por fim devemos pensar ainda que por trazer novos objetivos à história, o estudo do homem em sua relação com a natureza necessitou de inovações para a pesquisa histórica, tanto em suas fontes de pesquisa, quanto em suas referências teóricas, tudo isto para evitar que a escrita acabasse pendendo a um reducionismo ambientalista, tornando fatores naturais determinantes às sociedades, ou ainda, humanizando a natureza e desumanizando o homem.

Uma das inovações principais de suas práticas a grande disposição de dialogar com cientistas de outras áreas, incluindo não apenas sociólogo, cientistas políticos, e filósofos, mas também e especialmente, geógrafos, geólogo, estudiosos do clima, biólogos, químicos, agrônomos, e muitos outros. A interdisciplinaridade – ou seja, o encontro de várias áreas do conhecimento – é uma das maiores tônicas da autodenominada história ambiental (DUARTE, 2005, p. 33)

A interdisciplinaridade então surge como remédio para o possível reducionismo o qual a história ambiental estava sujeita, com também para qualquer eventual humanização da natureza ou desumanização da história. Cabe ao historiador que deseja enveredar por esse campo decidir em quais saberes mais irá mergulhar para dar base e enriquecer sua análise. Destarte o diálogo perpassa não apenas entre as ciências humanas, mais especificamente entre a história e a literatura, já mencionada, mas dentre outras áreas, que representam um desafio ao historiador, como a geografia e biologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 4(8), 1991 (p.177/197)

DUARTE, Regina Horta. História e Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820). Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio-ambiente. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: Edusc, 1999.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde* Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972.